

Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo.
(Doreen Massey)

O movimento dos guarani/mbya à terra sem mal - uma contribuição geográfica

O presente trabalho pretende fazer uma análise do povo Guarani, subgrupo Mbya, autóctone da América do Sul, a partir da intensa mobilidade que realizam pelo espaço geográfico por eles ocupado, que compreende partes do território de quatro países do continente.

O estudo investiga o motivo desse trânsito e a relação que hoje se estabelece a partir de questões legais no que tange o aspecto de demarcação de terras destinadas a eles no Brasil, sendo levadas em conta suas fronteiras políticas.

Os Guarani na América do Sul

O povo Guarani, que significa povo *guerreiro*, é um dos grupos indígenas mais numerosos do continente sul-americano até os dias hoje. Historicamente, habitavam uma área que compreendia do Equador até a Argentina, sendo encontrados atualmente apenas no Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil.

Essa população foi a que mais sofreu com a espoliação da matriz européia, desde seu genocídio através do contato direto com seus colonizadores, até o desmantelamento de sua cultura por meio das missões jesuíticas que ocorreram entre 1610 e 1768 em algumas regiões do Paraguai, Brasil e Argentina.

As relações de contato, que se operam desde a conquista da América, não são uniformes no tempo e nos espaços ocupados pelos Guarani. Neste sentido, também o diálogo e as eventuais alianças com a sociedade envolvente permanecem em um processo marcado por uma contínua interrupção. Talvez o que seja instigante e atraente para os pesquisadores é que a proximidade física com os Guarani (grandes centros urbanos estão tão próximos de suas aldeias) não é suficiente para permitir o entendimento de seus princípios e teorias. E ainda se verifica nas aldeias que, enquanto alguns Guarani se apropriam de terminologia do nosso universo de idéias, outros não concebem analogias. (Ladeira, 2008: 30).

No Brasil, os Guarani representam a maior etnia indígena do país em população, contando com aproximadamente 40 mil pessoas. As duas rotas de penetração mais prováveis dos Guarani no Brasil se deram a partir da Argentina, adentrando o território nacional pelo estado do Rio Grande do Sul, formando os primeiros aldeamentos em São Paulo e no Espírito Santo, e também pelo Paraguai, entrando pelo Paraná e formando os atuais aldeamentos do litoral dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje em dia se encontram distribuídos nos estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa

Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, divididos em três subgrupos, os Kaiova, os Nhandéva ou Xiripa e os Mbya.

O subgrupo Mbya

O termo Mbya é apresentado usualmente com significado que designa *habitantes das matas*, e esse subgrupo se encontra estabelecido em aldeamentos onde suas relações sociais e de parentesco, e as cosmológicas com o sobrenatural se reproduzem e se atualizam, conferindo-lhes um modo de vida muito peculiar.

A vida na aldeia, espaço denominado por eles mesmo como *tekoa*, e suas relações dão o sentido do que é o modo de ser e viver dos Mbya, caracterizando o lugar que possibilita não apenas sua subsistência como também a materialização de seus costumes, além de suas práticas espirituais.

O local apresenta-se como de fundamental importância para a manutenção de seus hábitos, tendo alguns pressupostos para sua escolha, como terra fértil para o cultivo, disponibilidade de água, certo isolamento em área de floresta, preferencialmente.

Para os Guarani/Mbya a terra deve servir para abrigar todos os seres vivos e os elementos não-vivos, e seu espaço deve diferenciar-se do espaço dos *juruá*, terminologia utilizada por eles para designar as pessoas que não fazem parte de sua etnia.

A cosmologia guarani se mostra com muita força em sua cultura e o contato com os espíritos determinam muitas de suas ações. Apesar de esse contato com os deuses se dar através de sonhos, o que pode acontecer com qualquer pessoa, o que ocorre muito frequentemente, há um lugar na aldeia próprio para essa relação, o *Opý*, que cumpre significativamente seu papel na organização espiritual.

A casa de reza (*opy*) se encontra no centro das habitações do *tekoa*, e é o lugar onde os Mbya entram em contato com seus ancestrais, realizando diferentes rituais e, em geral, são construídas de frente para o Sol nascente, para que recebam a luz e principalmente a palavra de Deus (*Nhanderú*).

É através de rituais nas *opy*, por exemplo, que o pajé realiza batismos de pessoas, mas também das aldeias que, em geral, recebem nomes referentes a rios ou montanhas que tenham algum valor simbólico para esse espaço. Para Claval, por exemplo, esse ato de nomear o lugar impõe marcas, fazendo dele uma categoria social.

O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns e outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço. (CLAVAL, 1999 *apud* LADEIRA, 2006: 60).

O universo cosmológico para os Mbya faz parte de todas as relações travadas no *Tekoa Guassú*, entendido aqui como a região que contém todas as aldeias das tribos guarani, carregando de símbolos suas ligações com pessoas, animais, plantas, formações ou fenômenos da natureza. Para eles, toda conduta que seguem baseia-se em suas relações divinas, buscando sempre transcender sua realidade social.

Os *tekoa* do Rio de Janeiro, por exemplo, estão consolidadas atualmente por ordens divinas, cuja apreensão simbólica não nos é passível de entendimento.

[...] ainda que existam representações simbólicas e, sobretudo, míticas que perpassam as distintas culturas e formas de organização social, cada uma dessas últimas tem sua maneira própria de representar, interpretar e agir sobre o meio natural. (Diegues, 2000: 63).

Yvy marãey

O subgrupo Mbya, continuando a tradição de todo o povo Guarani conforme preceito mítico, segue em busca da *yvy marãey*, conhecida entre os *juruá* como terra sem mal.

A razão para esses deslocamentos está alicerçada na crença dos Mbya em alcançar uma Terra Prometida, a terra sem mal, cujas dimensões espaciais não são dadas em uma escala cartograficamente definida a partir de latitudes e longitudes.

A terra sem mal, segundo a cosmologia guarani, é um lugar que seria o paraíso em sua cultura, representando o fim de qualquer tipo de sofrimentos ou privações que viessem acometer um dado grupo familiar. Esse lugar, que pode ser alcançado em vida, é buscado tendo como guia um líder espiritual do *tekoa*, que se responsabiliza em indicar as coordenadas a serem seguidas conforme os presságios forem surgindo, como sonhos, contatos com espíritos antepassados ou até mesmo sinais vindos da natureza. De todo modo a terra sem mal parece ter um sentido mais ou menos fixo, orientando o caminho sempre a leste, onde, atravessando a “grande água”, se encontra o paraíso. Nesse sentido pode-se fazer uma analogia dessa “grande água” com o oceano Atlântico, tomando-se a posição das aldeias estabelecidas na faixa litorânea do Brasil, mas em outros tempos houve menções acerca do rio Paraná.

Os Mbya se agrupam em parentelas com a finalidade de “povoar e manter o mundo terreno, conforme preceito mítico(...)” (LADEIRA, 2006, p.69), fato que guarda significados mais precisos como a manutenção de rituais sagrados e da língua, por exemplo.

Esse movimento pela costa atlântica que possibilita a continuidade do processo em busca da terra sem mal (*yvy marãey*) inevitavelmente promove relações mais próximas entre as parentelas de diferentes aldeias, sendo um ponto comum que move diferentes grupos familiares.

Em síntese, o universo inteiro, e com ele a própria sociedade, estrutura-se hierarquicamente tendo como base as forças sagradas, outorgando-se, dessa maneira, todo o poder à ideologia mítico-religiosa e à estrutura social que a detém. (GUIMARAENS, 2003: 93)

Os *tekoa*, através da grande caminhada acabam sendo reinventados em suas tradições, não apenas por diferenças que surgem acompanhando os novos lugares, mas também porque essa prática aproxima os grupos familiares de seus antepassados. Partindo dessa análise, uma outra visão nos salta aos olhos, a de que esse processo de reinvenção se dá a partir da relação com novos espaços, mas também com a inevitável recriação de escala histórica, considerando que esse processo de mudança é enfatizado justamente a partir de sua *trajetória* e sua *história*.

Sobre esse tema podemos salientar que no espaço os elementos estão impregnados de temporalidade, mas as mudanças não estão contidas apenas a partir da temporalidade, mas também no próprio espaço, quando, por exemplo, se entende que um movimento natural de uma cultura pode, na verdade, estar ferindo as fronteiras legais de outra.

Foram muitos os que consideraram os desafios e encantos da *temporalidade*. Algumas vezes isso foi feito através das lentes daquela corrente do miserabilismo filosófico antropocêntrico, que se preocupa com a inevitabilidade da morte. Sob outros disfarces, a temporalidade foi louvada como a dimensão vital da vida, da própria existência. O argumento aqui é que o espaço é igualmente vivo e igualmente desafiador, e que, longe de ser morto e fixo, a própria enormidade de seus desafios significa que as estratégias para domina-lo têm sido muitas, variadas e persistentes. (MASSEY, 2008: 35)

O que se espera é contribuir para um processo de libertação do espaço de sua velha cadeia e significado e associa-lo a uma cadeia diferente, na qual pudesse ter, particularmente, maior potencial político. (MASSEY, 2008: 88)

O corredor Mbya

No Brasil há uma área com intensa presença de aldeamentos Mbya que convencionou-se chamar de *Corredor Mbya*. Trata-se de uma faixa litorânea ao longo dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, mas cujo padrão de ocupação se dá em forma de “arquipélago”.

O modo de ocupação territorial Mbya indica uma forma de relacionar-se também muito própria, com relações de parentesco, religiosas, políticas e econômicas entre as aldeias, e como os contatos entre as parentelas é bastante intenso forma-se então um padrão de relações a partir de redes, que garantem a reprodução física e cultural do subgrupo Mbya.

Dessa interação constante entre múltiplas escalas e territórios, surge e avança cada vez mais o uso do termo rede, que contribui para compreendermos essas articulações entre diferentes territorialidades bem como suas estruturações internas. (HAESBAERT, 2002 :121)

A mobilidade territorial é a principal característica de uma sociedade que apresenta tal padrão, e como cada aldeia Mbya não possui a mesma estrutura entre si, pode-se salientar também que algumas delas dão maior suporte a outras. São essas redes mantidas por sólidas alianças estabelecidas entre as famílias que sedimentam as relações intra-étnicas, fato que certamente vai alterando de alguma maneira a forma e o conteúdo desses espaços. Assim, aldeias como Araponga, Paraty Mirim e Itatins, situadas em municípios vizinhos no sul do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, compõem espaços de alianças com a finalidade de fortalecer a reprodução cultural do povo Mbya.

Pode-se considerar que o conceito de rede surge a partir do capitalismo, como uma característica de relações próprias desse sistema, mas como mesmo nos elucidada HAESBAERT (2002: 123):

É verdade que, em certo sentido e sob certas condições, existem redes efetivamente globais, envolvendo o mundo em seu conjunto. Mas como uma das características das redes é que elas formam apenas linhas (fluxos) que ligam pontos (pólos), jamais preenchendo o espaço no seu conjunto, muitos são os interstícios que se oferecem para outras formas de organização do espaço. Identificar as redes de dimensão planetária [...] é tão importante quanto identificar as redes de caráter local e regional que, muitas vezes, possuem potencial para propor organizações territoriais alternativas.

Assim como devemos distinguir entre redes desterritorializantes e (re)territorializantes, devemos distinguir entre aquelas “funcionais” ou instrumentais, voltadas para a eficácia do sistema econômico capitalista, e aquelas mais simbólicas ou de solidariedade, voltada para as territorialidades mais alternativas ao sistema dominante (de caráter comunitário, por exemplo).

Além das relações que esses povos estabelecem entre as aldeias, não podemos esquecer que os Guarani/Mbya também possuem um tipo de contato interétnico muito intenso, além de bastante variável, e que se dá prioritariamente devido à proximidade a áreas urbanas e de turismo, além dos impactos gerados pela construção da rodovia federal BR-101. Esse constante fluxo de trocas, que pode ser realizado entre as aldeias e também com os *juruá*, constitui um fator que tanto pode contribuir para a afirmação de suas lutas por autonomia através da resistência aos hábitos que vêm de fora, mas da mesma maneira também pode abrir espaço para a reconstrução de suas práticas com influências de outros traços culturais que não os seus.

[...] não podemos separar território de rede, a não ser como instrumentos analíticos. A realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios: de redes mais extrovertidas que, através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e territórios (sendo, portanto, desterritorializadoras), e de outras que, por seu caráter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras (sendo, portanto, territorializadoras). (HAESBAERT, 2002, p.123)

A relação dos Guarani/Mbya com o espaço, considerando-se todos os aspectos simbólicos vistos anteriormente, merece nesse ensaio relevância primordial. Para iniciar essa etapa do estudo será evidenciada a relação entre território e rede, destacando a

importância dos “fixos” e “fluxos” nessa análise. Quando se trata dessa relação, podemos nos ater a um conceito tradicional de região, que pode ser utilizado para o início desse diálogo, que a descreve como sendo:

[...] um espaço com limites claros de fronteiras bem definidas, onde os indivíduos e grupos sociais estariam bastante enraizados. (HAESBAERT, 2002, p.117)

Tratando-se da ligação dos Mbya com a terra podemos usar esse conceito tentando alcançar outro entendimento, o de que a área que eles (re)conhecem como *Tekoa Guassú* corresponderia à região dentro da qual eles se sentem territorializados e seu *tekoa* como sendo um pequeno fragmento contido nessa área maior, considerando-se todas as aldeias como seu território comum.

Seu conceito de território extrapola, assim, os limites físicos da aldeia, pois os espaços que interferem em seu modo de vida, como rios e florestas, possuem uma relação holística com todo o entorno, que é, dessa maneira, visto também como parte essencial para a manutenção da vida dentro do *tekoa*.

É nesse preciso ponto de sua cultura que há o embate com a cultura dominante onde, se pudéssemos sobrepor dois mapas políticos, cada qual representando uma sociedade, as fronteiras que delimitam suas divisões internas não seriam coincidentes. Sendo assim, o que ocorre é que as vias de circulação (fluxos) utilizadas pelos Mbya atravessam fronteiras (fixos) cujo valor simbólico não consta em sua cultura.

Os Mbya no Rio de Janeiro

O recorte geográfico para o estudo do subgrupo Mbya foi o Brasil, e mais precisamente o estado do Rio de Janeiro, que conta com três aldeias demarcadas oficialmente pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) localizadas na Baía da Ilha Grande, sul do estado, e com outras três ocupações ainda não formalizadas, sendo duas delas na mesma região que as citadas anteriormente e uma delas situada na região metropolitana do estado, na cidade de Niterói.

Essa escolha por apenas um país para esse momento do trabalho visa à realização de uma análise das políticas públicas destinadas aos povos originários mais precisa, considerando-se os aspectos legais.

A regularização das áreas ocupadas pelos Mbya ao longo do litoral brasileiro teve início a partir de 1979, através de ações e projetos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Para a realização desse processo, deu-se prioridade ao reconhecimento oficial e a demarcação das aldeias dos Mbya no litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro, devido à construção da rodovia Rio-Santos e das estradas adjacentes, e do conseqüente aumento da tensão provocada pela crescente especulação imobiliária e turística na região.

As práticas de gestão e ordenamento territorial definidas pelas políticas públicas, envolvendo porções de terras e de matas ocupadas por grupos étnicos ou comunidades minoritárias implicam, de um modo geral, a submissão de concepções espaciais, normas de organização, ocupação e sociabilidade próprias desses grupos às convenções e aos padrões políticos e econômicos dominantes, responsáveis pela reprodução de um

sistema nitidamente injusto e autoritário. [...] Também parece não ser relevante o fato de que a simples sujeição de um sistema a outro pode colocar em risco a conservação de padrões culturais, técnicas e conhecimentos diversos relativos ao ambiente e ao uso da terra. (LADEIRA, 2006: 48)

A maneira como os Guarani/Mbya se espacializam, talvez por se dar a partir de uma lógica muito diferente em relação aos *juruá*, é passível de causar estranhamento às demais comunidades, mas sob uma ótica não etnocêntrica, é digna de reconhecimento e respeito.

As migrações fazem parte da história pré-colombiana dos Guarani e ocorriam dentro de um território denominado por eles como *Tekoa Guassú*, um espaço que, a se entender nos dias atuais, estaria sobreposto a muitas fronteiras nacionais do continente sul-americano. Um fato que por si só demonstra a conflitividade inerente das relações entre as duas sociedades.

O trânsito em busca da terra sem mal foi até então incessante, ainda que intermitente, e é nesse preciso momento de intervalo da grande caminhada - chamada por eles de *Oguata* - que as aldeias como as conhecemos se estabelecem. A escolha de uma nova área de fixação temporária pode ser ditada por uma ordem divina ou por motivos que o pajé entenda como importantes para a comunidade como, por exemplo, o tempo de plantio ou colheita do milho.

As razões de mudança do *tekoa* para uma nova área, em geral, tem relação com as orientações divinas, quando o pajé, ao fazer contato com os espíritos, conduz o grupo no sentido de alcançar a *yvy marãey*.

O direito à terra

Para os Guarani a terra não é entendida como propriedade privada, e sim como uma dádiva divina, sendo assim não seria adequada uma disputa por terras, o que seria visto como uma contrariedade às decisões dos deuses. Nesse sentido os grupos indígenas que reivindicam a garantia de seu espaço esperam que seu direito seja reconhecido.

Pensar no espaço como uma questão política é não apenas previsível, mas inevitável. Na relação entre os Guarani/Mbya e os *juruá* não poderia ser diferente, e a análise sob essa perspectiva indica que pensar no espacial a partir das representações de mundo do subgrupo Guarani gera um desarranjo na ordem com que certas questões políticas estão constituídas em um mundo predominantemente não-índio. Nesse caso, não se trata apenas de uma desordem nas políticas territoriais especificamente, mas qualquer alteração na maneira de praticar uma dada espacialidade pode implicar em um rol de diferentes conseqüências para ambas as partes.

A questão do trânsito dos Mbya a caminho da terra sem mal, cada vez mais, vai de encontro a interesses especulativos onde as terras - sobretudo as do litoral - encontram-se menos disponíveis para ocupações que não tenham como finalidade reverter-se em capital. Sendo assim, o estabelecimento de uma aldeia tem, a cada dia, menos espaço disponível. O caso dos Guarani/Mbya apresenta-se mais crítico pois se a prática deles é fixar-se temporariamente em um espaço que passa a ser sua aldeia para tempos mais tarde seguir o caminho em direção a essa terra prometida.

Um outro fato que deve ser levado em consideração é o de o movimento dos Guarani/Mbya em busca a terra sem mal ter tido origem em uma cosmologia própria de sua cultura, tornando-se muitas vezes incompreensível para uma sociedade que se encontra historicamente baseada em uma racionalidade eurocêntrica que, partindo do ponto de vista de sua própria experiência e especificidade, desconsidera outras formas de organização social.

Entende-se como primordial a consideração de que, atualmente, muitas parentelas de origem Guaran/Mbya no Brasil vêm limitada essa tradicional busca pela Terra Sem Mal, sendo condicionada sua distribuição espacial pelo território ao não-movimento. Soma-se a isso a incipiente ação de políticas públicas voltadas à valorização da cultura Guarani/Mbya, que parece estar mais interessada em desenvolver economicamente as regiões por esses grupos ocupadas com qualquer outra atividade lucrativa.

Esse lugar mítico a ser encontrado representa a paz e a fartura para os Guarani/Mbya, mantendo-os protegidos, principalmente, da espoliação gerada a partir do colonialismo. Nesse sentido considera-se que o colonialismo, diferente da colonização que teve seu fim no continente sul-americano, ainda ocorre nessa parte do globo que, apesar de ainda apresentar as mesmas coordenadas geográficas encontra-se nos dias de hoje, em um outro lugar subalterno onde a dominação, naturalizada que está, imprime sua colonialidade nas entrelinhas das relações sociais atuais. Assim, embora os Guarani/Mbya tenham conquistado alguns direitos territoriais ao longo do tempo, temos que reconhecer que os procedimentos administrativos oficiais vigentes não conseguem - ou querem - dar conta da complexidade da situação fundiária em que se encontram esses povos. Tais impasses, que muitas vezes se revertem na paralisação dos processos de regularização fundiária ou no desfecho insatisfatório para os índios, demonstram como tem sido difícil para esses povos obter o reconhecimento formal de suas terras e também o seu uso exclusivo.

Para os Guarani, a demarcação significa a retalhação de seu território e o seu próprio confinamento, porém estão conscientes de que no mundo atual, esta é a única alternativa. (LADEIRA, 1997)

A mobilidade dispersiva dos Mbya em busca da terra sem mal, originada por uma inspiração profética e sustentada ao longo do tempo através da visão de mundo própria dos Guarani, representa a sua maior força de resistência etnocultural diante dos vários modelos de política indigenista que contribuíram com a desestruturação social e cultural desse povo, através da perda de valores tradicionais.

Diante do quadro de intensa pressão que os Mbya vêm sofrendo por parte de diversos setores da sociedade e das dificuldades encontradas para a manutenção de sua cultura e permanência em suas terras, torna-se fundamental a busca de uma maior compreensão da espacialidade e da cosmovisão guarani. Dessa maneira, ao reconhecer a dinâmica territorial e o modo de ocupação diferenciado desse povo, estaremos realmente contribuindo para a garantia dos direitos dos Guarani de buscarem terras adequadas ao seu padrão de existência, que vai muito além dos limites de suas aldeias.

Contrastando estudos feitos a partir da natureza histórica e geográfica sobre o subgrupo Guarani/Mbya com a atual situação em que eles se encontram diante da questão de terras no Brasil, fica evidenciada a pouca importância que é destinada à cultura desse povo, e às dificuldades que ele encontra em tentar defender seus direitos legais em um país que, a despeito da imensidão territorial, confere clara prioridade ao capital especulativo e agroexportador.

Nesse sentido, a luta Mbya em busca da Terra Sem Mal se encontra diretamente relacionada com a recuperação e a reinvenção de sua identidade cultural, que tem na livre expressão de suas tradições a única maneira de resistência e sobrevivência do grupo, tendo sido responsáveis também por uma significativa influência nas múltiplas identidades do continente sul-americano.

Os xamãs insistem que, ao desaparecer o fervor religioso, a sacralidade do mundo se desvanece, os deuses não mais enviam suas palavras-almas, a terra se cansa e logo se pode esperar a consumação do fim. (GUIMARAENS, 2003: 93)

BIBLIOGRAFIA

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocável*. São Paulo: Hucitec, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio- ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998.

GUIMARAENS, Dinah (org.) *Museu de arte e origens: mapa das culturas vivas guaranis*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo:Contexto, 2002.

LADEIRA, Maria Inês & AZANHA, Gilberto. *Os índios da serra do mar*. São Paulo: Stella, 1988.

LADEIRA, Maria Inês. *Espaço Geográfico Guarani-MBYA - Significado, Constituição e Uso*. São Paulo:Edusp, 2006.

LANDER, Edgardo *Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntrismos* Em Lander, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2005.

LIMA, Antonio Carlos de Souza & FILHO, Henyo Trindade Barreto (orgs.). *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

MASSEY, D. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIGNOLO, Walter D. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. Em Lander, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2005.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Em Lander, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2005.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

